

O LIVRO DIDÁTICO E A PEDAGOGIA DO CIDADÃO: O PAPEL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO NO ENSINO DE HISTÓRIA¹

José Ricardo Oriá Fernandes²

À guisa de introdução

“Quando se proclamou que a Biblioteca abarcava todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade. Todos os homens sentiram-se proprietários de um tesouro inato e secreto.”

Que é um livro, se não o abrimos?, Jorge Luiz Borges.

Nos últimos anos, sobretudo a partir do final da década de 70 do século passado, a produção historiográfica brasileira passou por profundas reformulações conceituais e epistemológicas, resultado em grande parte das novas tendências calcadas na *Nouvelle Histoire* e na História Social Inglesa, que elegeram como objeto de estudo temas relativos ao cotidiano, à vida privada, às mentalidades coletivas, ao imaginário e às representações sociais de segmentos até então desprezados pela dita “História oficial”.

Essa renovação teórico-metodológica se fez sentir, também, no âmbito da História da Educação com a introdução de novos temas e objetos de pesquisa³, a saber: a história do ensino e a constituição das disciplinas escolares, o livro escolar e as práticas de leitura, as questões relacionadas ao gênero, à infância e aos grupos étnicos, entre outros.

¹ O presente ensaio é fruto de discussões acadêmicas realizadas na disciplina “História da Educação: fontes e arquivos”, do Programa de Pós-Graduação em História da Educação e Historiografia, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, bem como no Projeto LIVRES, da mesma faculdade, que pretende mapear a literatura didática existente no país desde 1810 até 2000, contemplando as diferentes disciplinas do currículo escolar, bem como a constituição de uma “Biblioteca do Livro Didático”, no âmbito do Centro de Memória da Educação da USP.

² Ex-professor dos Departamentos de História da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Ceará. Mestre em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Autor de livros didáticos para o ensino fundamental. Consultor Legislativo da área de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Doutorando em História da Educação pela Universidade de São Paulo, onde desenvolve pesquisa acerca da política e da legislação sobre o uso do livro didático no Brasil, no contexto do Projeto LIVRES.

³ FONSECA, Thaís Nívia de Lima. História da Educação e História Cultural In: VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thaís Nívia de Lima (orgs.). *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 60.

Para tanto, a História da Educação, antes restrita à análise das idéias pedagógicas dos educadores e à política institucional do Estado, recorreu ao uso de novas fontes (diários escolares, correspondências, fotografias, manuais didáticos, literatura, diários íntimos, autobiografias, relatos de viajantes, jornais e revistas) e metodologias de pesquisa (uso da história oral e de vida na recuperação da memória de professores e suas práticas pedagógicas em sala de aula)⁴.

Dada minha experiência como professor de História no ensino fundamental, médio e superior e como autor de livros didáticos que tematizam a história local⁵, apresento aqui uma análise do estado da arte da pesquisa sobre livro didático no Brasil, bem como o papel que desempenhou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na constituição do *corpus* disciplinar da História e na produção dos primeiros manuais didáticos do País.

O Livro Didático: o estado da arte da pesquisa no Brasil

“Os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas.”

Alain Choppin

A par das diferentes posições político-ideológicas, os educadores são unânimes em afirmar que o livro didático exerce um papel preponderante no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem nas escolas brasileiras, sobretudo nos estabelecimentos da rede pública de ensino, caracterizados pela carência de outros materiais de ensino. Tanto assim é que essas escolas são contempladas pelo maior programa de distribuição de livros didáticos do mundo⁶, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE-MEC). Trata-se do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui livros das diferentes disciplinas curriculares aos alunos regularmente matriculados nas escolas públicas do ensino fundamental em todo o País.

Apesar da centralidade do livro didático no processo educativo, só muito recentemente é que o mesmo tem recebido a devida atenção dos pesquisadores e cientistas sociais. Considerado um livro “menor”, descartável e efêmero no contexto do mercado editorial, hoje, com os aportes teóricos da História Cultural, o objeto “livro didático” constitui elemento essencial para a investigação científica no âmbito da História da Educação, especialmente nos campos da história das disciplinas escolares, história dos currículos e programas, História da leitura, bem como no estudo da cultura material escolar⁷, através de suas práticas e representações.

⁴ LOPES, Eliane M. Teixeira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

⁵ Como professor de Metodologia e Prática de Ensino de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), participei do desenvolvimento do projeto coletivo intitulado “Um Lugar na Escola para a História Local”, que resultou, posteriormente, na edição de dois livros didáticos destinados às séries iniciais do ensino fundamental, a saber: *Construindo o Ceará* (1993) e *Fortaleza: a criança e a cidade* (1995). Esses livros tentavam preencher uma lacuna na literatura didática condizente com os avanços teórico-metodológicos da História.

Embora o livro didático seja considerado o “*primo pobre da literatura, texto para ler e botar fora, descartável porque anacrônico*”⁸, ele é o filão da indústria editorial brasileira. Segundo a Câmara Brasileira do Livro (CBL), desde a década de 1990, os livros didáticos são predominantes na produção das editoras nacionais. Em 1996, por exemplo, os livros escolares representaram cerca de 61% dos exemplares vendidos e 55% do faturamento do setor⁹.

Pesquisas atuais demonstram que, mesmo com o advento de novas tecnologias de informação e comunicação, a exemplo do CD-ROM, dos recursos multimídia, da internet e dos livros eletrônicos, o livro impresso ainda reina soberano no espaço da sala de aula. É ele, muitas vezes, o único recurso de que dispõe o professor na preparação de suas aulas, sendo, portanto, o definidor do próprio currículo escolar.

Tudo isso nos leva a considerar que a História da Educação Brasileira não pode prescindir das pesquisas acerca do uso do livro escolar, pois ele é, muitas vezes, revelador do alcance das políticas públicas do setor e da própria situação do ensino no País.

Segundo a historiadora Circe Bittencourt¹⁰, o livro didático é um objeto de “*múltiplas facetas*”: ora é visto como um produto cultural, ora como uma mercadoria ligada ao mercado editorial e, como tal, sujeito à lógica do sistema capitalista; outras vezes é visto como suporte de conhecimentos e de métodos das várias disciplinas curriculares e, sobretudo, como veículo de valores, ideológicos ou culturais.

A partir da década 60 do século passado, as pesquisas acerca do livro didático se iniciaram no meio acadêmico denunciando o seu caráter ideológico, ao trazer, subjacente aos textos e imagens, preconceitos e estereótipos acerca de determinados segmentos sociais, bem como valores da sociedade capitalista. Nessas abordagens, o livro didático era visto como portador e veiculador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura.

O grande clássico e referência para todos os trabalhos que se seguiram foi a obra de Umberto Eco e Mariza Bonazzi, *Mentiras que parecem verdades*, traduzido

⁶ BITTENCOURT, Circe. Em foco: História, produção e memória do livro didático. *Educação e Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP*. São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 30, n. 3, set./dez. 2004, p. 471.

⁷ A cultura escolar, compreende “*um conjunto de normas que definem saberes a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas ordenadas de acordo com finalidades que podem variar segundo as épocas*”. JULIA, Dominique. *Cultura escolar: história, práticas e representações*. Campinas, SP: Cadernos CEDES, 2000, p. 6.

⁸ LAJOLO, Marisa & ZILBERMANN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999, p. 120.

⁹ GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauru: EDUSC; Uberlândia: EDUFU, 2004, p. 26.

¹⁰ BITTENCOURT, Circe. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP*. São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 30, n. 3, set./dez. 2004, p. 471. Ver também BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. São Paulo: FFLCH-USP, 1993 (Tese de Doutorado em História Social).

em diversos idiomas. No Brasil, o livro *As Belas Mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*, de Maria de Lourdes Deiró Nosella fez escola, sendo ainda hoje referência em qualquer bibliografia sobre livro didático¹¹.

A partir da década de 80, em parte pela renovação da História Cultural, com as contribuições teóricas advindas da obra de Roger Chartier¹² e Robert Darton¹³, que inovaram os estudos acerca da história da leitura no mundo ocidental, houve mudanças de abordagens nas pesquisas relacionadas ao livro didático. Hoje, os trabalhos estão mais direcionados a questões relativas ao uso e apropriação do livro didático por alunos e professores, às práticas de leitura, entre outros. Assim, segundo Alain Choppin¹⁴, a história da edição escolar constitui, hoje, um dos campos mais promissores da História da Educação e novas questões se colocam para os historiadores, tais como: a relação entre livro didático e a formação de professores; o livro didático e sua interferência no currículo escolar; o uso do livro didático por parte do aluno; sua utilização na educação não-formal; a linguagem e imagem utilizada nos livros didáticos; o perfil sociológico dos autores; o papel das mulheres na elaboração e difusão dos saberes escolares.

Sendo o livro didático um objeto multifacetado, podemos ver nele múltiplas funções, segundo Alain Choppin, a saber: função referencial (o livro didático constitui uma referência para a definição de currículos e programas); função instrumental (o livro didático acaba por impor métodos de aprendizagem); função ideológica ou cultural (o livro didático veicula valores); e função documental (o livro didático é fonte e objeto de pesquisa para a História da Educação).

Uma outra característica do estado da arte da pesquisa sobre o livro didático refere-se à dimensão transnacional adquirida nos últimos anos e o diálogo que se estabeleceu entre os pesquisadores a partir dos colóquios e seminários realizados em diversas partes do mundo. Hoje, o historiador da educação, interessado na pesquisa sobre as edições escolares, dispõe de importantes bancos de dados sobre produção didática em diferentes países, entre os quais podemos citar: os projetos Emmanuelle (França), o MANES (Espanha) e o recém-lançado LIVRES (Brasil), vinculado ao Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP¹⁵.

¹¹ Para um levantamento completo da bibliografia sobre o livro didático, consultar BIBLIOTECA CENTRAL. *Catálogo Analítico: Que sabemos sobre livro didático*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

¹² Os trabalhos do historiador francês são indispensáveis para quem faz pesquisa sobre a história do livro e as práticas de leitura no mundo ocidental. Ver, principalmente, CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

¹³ DARTON, Robert. O que é a História dos livros? In: _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁴ CHOPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP*. São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 30, n. 3, set./dez. 2004, p. 564-565.

¹⁵ Projeto Memória da Leitura coordenado pela Prof^a Marisa Lajolo (UNICAMP), disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/>>. Banco de dados Emmanuelle, com produção nacional

O IHGB: lugar de memória da educação nacional

Em 1838, o então presidente da Província do Rio de Janeiro fazia a seguinte proposta:

“parece conveniente que se autorize o governo a mandar imprimir, à custa dos cofres públicos, algumas obras estrangeiras, que por melhores, mais clássicas e populares fossem havidas; e que o diretor das escolas primárias e o da Escola Normal se encarreguem de traduzir, a fim de serem distribuídas não somente pelos professores públicos e particulares da província, como também pelas autoridades e pessoas que delas pudessem fazer bom uso.”¹⁶

A sugestão acima mencionada revela que, mesmo após a vinda da família real portuguesa para o Brasil (1808) e a instalação da Imprensa Régia por D. João VI, a carência de manuais didáticos em língua portuguesa era fato notório e preocupação de alguns nomes da intelligentsia nacional.

Neste mesmo ano de 1838¹⁷, eis que surge, por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na então capital do Império.

A criação do IHGB se dá num momento particular da História do País. Logo após a independência do Brasil (1822) e ao Reinado de D. Pedro I (1822-1831), o País viu sua unidade territorial ser ameaçada em meio à eclosão de uma série de movimentos e rebeliões, alguns de cunho separatista, que colocavam em cheque a própria integridade física da nação. Havia, pois, a necessidade premente de se formular uma explicação do País que mantivesse sua extensa unidade territorial e que, ao mesmo tempo, fortalecesse o processo de centralização político-administrativa do Estado monárquico.

Pensado nos moldes de uma academia, semelhante às do Iluminismo europeu, tendo como projeto traçar a gênese da nacionalidade brasileira, o IHGB tinha por finalidade “coligir, metodizar e guardar”¹⁸ documentos, bem como escrever a “história nacional como forma de unir”¹⁹.

francesa desde 1789, disponível em: <<http://www.inrp.fr/she/emmanuelle.htm>>. Centro de Investigación MANES - Manuales Escolares, disponível em: <<http://www.uned.es/manesvirtual/proyectomanes/>>. Projeto Livres (Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros - 1810/2005), coordenado pela Prof^a Circe Bittencourt, do Centro de Memória da Educação (CME) - Biblioteca do Livro Didático, disponível em: <<http://www.fe.usp/biblioteca/livres/>>.

¹⁶ Excerto retirado do sítio eletrônico do Projeto Memória da Leitura, coordenado pela Prof^a Marisa Lajolo, da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/>>.

¹⁷ Em 1838 é criado, também, o Arquivo Nacional, já previsto na primeira Constituição do Império (1824) e que tinha como tarefa básica a sistematização da documentação indispensável à construção da história do País.

¹⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Os guardiões de nossa história oficial*. São Paulo: IDESP, 1989, p. 4.

¹⁹ GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 1, n. 1, 1988, p. 17.

Neste sentido, o IHGB irá promover um concurso para a escolha de um projeto de escrita da História Nacional - “Como se deve escrever a História do Brasil”. O vencedor foi o naturalista alemão Karl Friedrich Philipp Von Martius. A partir deste trabalho, o tema da miscigenação das três raças formadoras do povo brasileiro passa a ser bastante recorrente no pensamento social e na produção historiográfica nacional, sendo conteúdo obrigatório dos manuais didáticos de diferentes autores.

Na tarefa de construção da memória nacional, o Instituto passa a empreender e incentivar visitas em arquivos estrangeiros, com a finalidade precípua de coletar documentos para se escrever a História do País:

*“O Instituto nomeava membros honorários estrangeiros, que prometiam procurar nos arquivos e bibliotecas europeus documentos relativos ao Brasil. É o caso de Teodoro Monticelli, que de Nápoles se oferecia a pesquisar para o Instituto. Era o caso, também, de Caetano Lopes de Moura, que, pensionista de D. Pedro II, examina as bibliotecas de Paris e depois foi à Bélgica e à Holanda, enviando para o Instituto Histórico os resultados de suas pesquisas.”*²⁰

Na verdade, o grande objetivo dessa instituição de memória era construir a História da nação, recriar um passado homogêneo, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos históricos, constituir a galeria dos “heróis nacionais”, através do estudo, pesquisa e elaboração de biografias, capazes de fornecer às gerações futuras exemplos de civismo, patriotismo e devoção à Pátria:

*“Reunindo biografias capazes de fornecer exemplos às gerações vindouras, sistematizava uma galeria de heróis nacionais. Os heróis representavam pessoas exemplares ou paradigmáticas da nacionalidade, cuja função precípua consistia em, pela repetição de suas histórias, transmitir ensinamentos à população em geral. Com isso, buscava-se garantir a homogeneidade de pensamento no interior da nação, no sentido de congregar em torno de um referencial comum grupos sociais altamente diversificados culturalmente.”*²¹

Nascia, dessa forma, a História do Brasil que, como pretendiam seus construtores, era única e objetivava legitimar o estado monárquico em seu processo de centralização política. Isso porque a produção historiográfica do IHGB refletia a posição de seus membros, grupo formado pela aristocracia rural, portadora de títulos nobiliárquicos, vinculada ao poder, e por intelectuais, parte deles plenos de idéias patrióticas inspiradas no Romantismo. Voltada ao estudo do passado colonial, em especial dos momentos fundadores da nação, como o Descobrimento (1500), e instituidores da identidade nacional, como a Independência Política

²⁰ RODRIGUES, José Honório. A evolução da pesquisa pública histórica brasileira In: _____. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982, p. 51.

²¹ ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p. 180.

(1822), a História ali produzida se conformaria enquanto “tradição”²².

As relações do Instituto com o Imperador D. Pedro II ²³ reforçaram uma produção historiográfica que deu ênfase, sobretudo, aos aspectos político-institucionais, priorizou a figura do Estado-nação como sujeito privilegiado do fazer histórico, através da exaltação das ações heróicas, narradas em discursos laudatórios da Pátria e legitimadores das práticas políticas do Império.

Por formularem uma História para a nação e desenvolverem uma nomenclatura própria na Historiografia brasileira, consideramos os Institutos Históricos como “lugares de memória”²⁴ da educação brasileira. Isso porque, além de constituir o primeiro modelo historiográfico para o País, o IHGB, através de seus membros, irá produzir importantes obras de cunho histórico-educacional que hoje se constituem em importantes fontes para a História da Educação Brasileira. Entre elas, podemos citar: *A Instrução Pública do Brasil: história e legislação (1500-1889)*, de autoria de José Ricardo Pires de Almeida, publicada originalmente em francês no ano de 1889, onde o autor faz um elogio à atuação do Império Brasileiro no setor educacional e Primitivo Moacyr, responsável pela grande obra de compilação das leis das províncias do Império e início da República no País²⁵.

Muitos outros membros do Instituto terão uma missão especial. A carência de manuais didáticos no idioma pátrio para o ensino secundário brasileiro fará com que os homens de *sciencia*, políticos e literatos - todos eles imbuídos do espírito nacionalista- passem a se dedicar a escrita e produção de livros escolares. Um desses foi o escritor romântico Joaquim Manuel de Macedo.

Joaquim Manuel de Macedo e os primeiros manuais didáticos de História

O nome de Joaquim Manuel de Macedo está indelevelmente associado ao Romantismo brasileiro, por ter sido ele o autor de um dos clássicos do período - *A moreninha* (1844). O que poucos conhecem é que ele, além de médico de formação

²² Neste sentido, consultar: HOBSBAWM, Eric J. & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²³ Sobre o papel de mecenato empreendido por D. Pedro II no fomento às instituições culturais brasileiras, consultar o excelente trabalho de SCHWARCZ, Lília Moritz. Um monarca nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II. In: _____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁴ Conforme NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, n. 10, dez. 1993, p. 13. Para este historiador francês, “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, por que essas operações não são naturais.(...) Os lugares de memória são, antes de tudo, restos”.

²⁵ Sobre as obras de História da Educação produzidas por sócios e membros do IHGB, consultar VIDAL, Diana G. & FÁRIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. In: _____. *As lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

acadêmica, foi um dos primeiros autores de livros didáticos de História do Brasil, amplamente adotados no Colégio Pedro II²⁶. Vale a pena conhecer um pouco mais da biografia deste nome da *intelligentsia* nacional, que revela o espírito sócio-cultural do período monárquico brasileiro.

Joaquim Manuel de Macedo nasceu no dia 24 de junho de 1820 no então município fluminense de São João de Itaboraí. Naquela cidade fez seus estudos elementares, tendo sido depois remetido por sua família à capital do Império para realizar os estudos preparatórios ao ingresso na Escola de Medicina. Antes mesmo de concluir o curso de Medicina, Macedo ficaria conhecido por publicar seu primeiro romance, *A moreninha*.

Esse romance é considerado o

*“(...) primeiro grande best-seller literário de autor nacional. Lançado em setembro de 1844, esgotou rapidamente os mil exemplares. Para conseguir essa façanha, Macedo usou uma solução engenhosa, pioneira das vendas domiciliares de nosso século. Mal apanhou os exemplares na Tipografia Americana, encarregou alguns escravos de vendê-los de porta em porta. Com os volumes enfiados num cesto, como se fossem apetitosas guloseimas, lá partiam os improvisados vendedores, percorrendo os sobrados do centro, da Cidade Nova, de São Cristóvão, os palacetes do Catete e de Botafogo. Foi um sucesso, completado pela consagração da crítica...”*²⁷

A venda domiciliar de livro por escravos revela bem as contradições do Império brasileiro: um país que se pretendia “moderno e civilizado”, a exemplo das nações européias, mas que convivía com o regime de trabalho escravo, aliado a uma massa de analfabetos e iletrados. Isso mereceu críticas do cronista social João do Rio, que assim se reportou, em 1908: “Hoje o escriptor trabalha para o editor e não manda vender como José de Alencar e o Manuel de Macedo por um preto de balaio no braço, as suas obras de porta em porta, como melancias e tangerinas”²⁸.

A repercussão do romance *A moreninha* acabou por encerrar prematuramente a carreira de médico. De médico só ficou a lembrança no tratamento carinhoso que seus amigos lhe dispensavam ao chamá-lo “Doutor Macedinho”. Aliás, Doutor Macedinho, como muitos homens do Império, exerceu múltiplas atividades: foi escritor, jornalista, professor do Colégio Pedro II, membro de associações científicas

²⁶ O Colégio Pedro II, ainda hoje existente na cidade do Rio de Janeiro, originou-se da antiga Casa dos Meninos Órfãos, depois Seminário de São Joaquim. Em 1837, “o seminário transformou-se em colégio de instrução secundária e, em seguida, foi elevado à condição de Imperial Colégio Pedro II. O colégio é reinaugurado em 25 de março de 1838 pelo imperador, e em 27 de abril do mesmo ano recebe os primeiros alunos. De orfanato humilde, o “Pedro II”- como era chamado- se transformaria na “glória” do nosso ensino; uma espécie de “símbolo da civilidade”, de um lado, e de pertencimento a uma elite, de outro.” (SCHWARCZ, *Os guardiões...*, p. 150).

²⁷ MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001, p. 77.

²⁸ JOÃO DO RIO. *O momento literário*. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1908, p. 326.

e literárias, a exemplo do IHGB, e deputado provincial e geral pelo Partido Liberal, quando se mostrou um defensor ardoroso do regime monárquico constitucional.

De todas estas atividades intelectuais, Macedo destacou-se como professor do Imperial Colégio Pedro II, o qual foi nomeado em abril de 1849, tendo sido o primeiro professor responsável pela cadeira de História do Brasil, criada em 1858. Macedo chegou também a ser professor das princesas D. Isabel e D. Leopoldina. Seu prestígio, no entanto, não ficou apenas na prática docente. Influenciado pela obra *História Geral do Brasil*, de 1854, do historiador e membro-fundador do IHGB, Francisco Adolfo Varnhagen, Macedo redigiu dois manuais didáticos, a saber: *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II (1861/ 1863)* - o primeiro destinado aos alunos do Colégio Pedro II - e *Lições de História do Brasil para uso das escolas de Instrução Primária* (1865).

A historiadora Selma Rinaldi de Mattos faz uma análise precisa acerca destes manuais didáticos do Dr. Macedinho:

*“Obras de perfil conservador, elas fixariam para sucessivas gerações da boa sociedade imperial conteúdos, métodos, valores e imagens de uma História do Brasil que cumpria o papel de não apenas legitimar a ordem imperial, mas também e sobretudo de pôr em destaque o lugar do império do Brasil no conjunto das “Nações civilizadas” e o lugar da boa sociedade no conjunto da sociedade imperial, permitindo, assim, a construção de uma identidade.”*²⁹

Mesmo após a morte de Joaquim Manuel de Macedo, ocorrida em 1882, os manuais didáticos por ele elaborados tiveram sucessivas edições. Foram revistas e atualizadas no período republicano, por outros escritores como Olavo Bilac e Rocha Pombo. Isso demonstra a aceitação desses primeiros livros no ensino de História do Brasil. Capistrano de Abreu, historiador cearense de renome nacional e também professor do Colégio Pedro II, considerava que as *“Lições do Doutor Macedo”* ainda se constituíam a base do ensino dessa disciplina escolar.

Considerações Finais

*“A identidade é uma construção que se narra. Estabelecem-se acontecimentos fundadores, quase sempre relacionados à apropriação de um território por um povo ou à independência obtida através do enfrentamento dos estrangeiros. (...) Os livros escolares e os museus, assim como os rituais cívicos e os discursos políticos, foram durante muito tempo os dispositivos com que se formulou a Identidade de cada nação (assim, com maiúscula) e se consagrou sua retórica narrativa.”*³⁰

²⁹ MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Acess, 2000, p. 17.

³⁰ CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995, p. 139.

No decorrer deste ensaio, tentamos evidenciar que o livro didático constitui importante fonte para a História da Educação, ao mesmo tempo em que é também objeto para o estudo da cultura escolarizada, sobretudo nas sociedades ocidentais, que tem na escola a instância privilegiada de acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi responsável pela elaboração de uma produção historiográfica que serviu para legitimar o estado monárquico e forjar uma identidade nacional, calcada na miscigenação das raças. Essa História oficial celebrativa produzida pelo IHGB foi aprendida por gerações sucessivas de brasileiros que tiveram no Colégio Pedro II o *locus* privilegiado da construção deste saber escolar.

O papel exercido pelo IHGB e seus congêneres nas províncias do Império, seja na difusão de uma escrita da história, seja na divulgação de fatos e personagens, criou o que se convencionou chamar de uma “pedagogia do cidadão”. O ensino, além de proporcionar os conhecimentos necessários à instrução do aluno, deveria se preocupar com os valores cívicos e patrióticos, necessários à formação do cidadão, de acordo com os interesses do estado nacional.

O Colégio Pedro II, modelo e paradigma para os liceus e colégios provinciais, foi a principal instância social no cumprimento dessa tarefa. Importantes nomes da *intelligentsia* nacional tiveram assento nas Academias Literárias, nos Institutos Históricos, nas Faculdades de Direito e no próprio Colégio Pedro II. Eram homens de *sciencia*, escritores, juristas, políticos, muitos deles ocupantes de cargos no aparelho do estado imperial. Tiveram também um importante papel na história da educação brasileira, pois, além de se dedicarem a outras atividades, escreveram manuais e compêndios didáticos para suprir uma carência de material escolar nas escolas brasileiras de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Além de Joaquim Manuel de Macedo, nomes como José Veríssimo (*A educação nacional*, 1890), Silvio Romero (*A História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis: livro para as classes primárias*, 1890)³¹, Afrânio Peixoto (*Noções de higiene: livro de leitura para as escolas*, 1914; e *Minha terra, minha gente*, 1915)³², Rocha Pombo (*Nossa pátria*, 1917) produziram manuais didáticos e livros de leitura destinados ao ensino primário e secundário.

Mesmo após o fim do regime monárquico, esses intelectuais continuaram dando a sua contribuição para a educação brasileira, sobretudo na produção de obras de cunho cívico-patriótico. É o caso, por exemplo, do Conde Affonso Celso, que escreveu *Por que me ufano do meu país* (1900)³³, dedicado a seus netos em comemoração aos quatro séculos do Descobrimento do Brasil, onde faz uma explanação laudatória das riquezas e potencialidades do País.

³¹ ROMERO, Silvio. *História do Brasil ensinada pela biografia dos seus heróis: livro para as classes primárias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1890.

³² PEIXOTO, Afrânio. *Minha terra, minha gente*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

³³ CELSO, Affonso. *Por que me ufano do meu país*. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

Nas primeiras décadas da República, escritores e poetas parnasianos como Olavo Bilac e Coelho Neto, ainda movidos pelo nacionalismo, escreveram obras que passaram a ser amplamente adotadas pelas escolas primárias de todo o País, a saber: *Contos pátrios* (1904)³⁴ e *a Pátria brasileira* (1909).

Olavo Bilac, juntamente com o Diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro, o escritor sergipano Manoel Bomfim, escreveu a obra *Através do Brasil: prática da língua portuguesa - narrativa*³⁵. Impresso em Paris, como de costume e lançado pela Livraria Francisco Alves em 1910, o livro fez sucesso nas escolas. Teve sucessivas edições (43ª edição, em 1958), “fazendo a cabeça” de gerações de brasileiros, que se encantavam com as aventuras dos dois irmãos Carlos e Alfredo, que percorrem o Brasil, de norte a sul. Foi o livro de leitura mais utilizado durante cinquenta anos nas escolas brasileiras³⁶.

Tudo isso nos leva concluir, parafraseando o antropólogo argentino Nestor Garcia Canclini, que a construção da identidade nacional esteve diretamente relacionada ao projeto educacional dos estados na busca de sua legitimação e inserção na história. E, neste contexto, os livros didáticos, juntamente com os museus, o ensino da história, as datas comemorativas, as efemérides nacionais e os rituais cívicos foram elementos decisivos da cultura escolar no fortalecimento do sentimento de nação.

RESUMO

O presente texto tem um duplo objetivo: analisar o estado da arte em que se encontram as pesquisas sobre o livro didático no Brasil, a partir das contribuições advindas dos aportes teóricos da História Cultural e da História da Educação, que elegem o livro didático como fonte de pesquisa e objeto de estudo da história das disciplinas e do currículo escolar. Mostra também o papel exercido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na constituição do “corpus” disciplinar da História e na produção dos primeiros manuais didáticos do País.

Palavras-Chave: História da Educação; Ensino de História; Livro Didático.

ABSTRACT

The present study aims to achieve a double objective: analyze the state of art in which are found the researches on Brazilian didactic books based on theoretical contribution from Cultural History and the History of Education, that elect the didactic book as a source of research and object of study of the disciplines' history and school curriculum; and also present the role played by the Brazilian Historical and Geographic Institute (IHGB) in the constitution of the disciplinary “corpus” of History and the production of the first didactic manuals of the country.

Keywords: History of Education; History Teaching; Educational Book.

³⁴ BILAC, Olavo & COELHO NETO. *Contos pátrios*. 49. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, s/d (Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação - Registro n. 1.684).

³⁵ BILAC, Olavo & BONFIM, Manoel. *Através do Brasil: prática da língua portuguesa - narrativa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (Col. “Retratos do Brasil”).

³⁶ BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.